



IDENTIDADE CULTURAL E SABERES TRADICIONAIS: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA DA ALDEIA BACURIZINHO NO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ-MA

Ezilda Ribeiro Guajajara – Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Tito Gomes Guajajara - Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Joaquim Ribeiro Neto Guajajara - Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Cristina Torres da Silva Ferreira - Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma intervenção pedagógica realizada na Escola Indígena da Aldeia Bacurizinho, do povo Tenetehara/Guajajara, em Grajaú-MA, no âmbito do PARFOR/UFMA. A ação buscou valorizar saberes tradicionais e fortalecer a identidade cultural por meio da integração entre conhecimento científico e ancestral. Fundamentada na perspectiva intercultural e bilíngue prevista no RCNEI (1998) e na LDB, apoiou-se em Freire (1996), quanto ao diálogo; em Luckesi (2011) e Libâneo (2012), sobre a organização do trabalho pedagógico; e em Cohn (2014) e Ferreira (2002), acerca do papel da língua materna e dos anciãos. Metodologicamente, utilizou-se abordagem qualitativa e participativa, com diagnóstico da realidade escolar, planejamento coletivo e oficinas bilíngues envolvendo professores, estudantes e lideranças. Os resultados indicaram maior participação estudantil, fortalecimento da língua indígena e reorganização do trabalho escolar em perspectiva comunitária e intercultural, reafirmando a escola como espaço de memória, identidade e resistência cultural.

Palavras-chave: Saberes tradicionais; Intervenção; Guajajara.

Introdução

A educação escolar indígena representa um espaço essencial para o fortalecimento da identidade cultural e para a valorização dos saberes tradicionais das comunidades originárias. Contudo, ainda persistem desafios significativos na organização do trabalho pedagógico, sobretudo no que diz respeito à integração entre o conhecimento científico e os saberes ancestrais.



Na Escola Indígena da Aldeia Bacurizinho, situada no município de Grajaú -MA e pertencente ao povo Tenetehara/Guajajara, tais desafios se evidenciam diante da escassez de materiais didáticos bilíngues, da ausência de metodologias contextualizadas à realidade cultural e da limitada participação dos anciãos e lideranças nas atividades escolares. Essa realidade compromete a transmissão da língua materna e dos conhecimentos tradicionais, gerando desmotivação entre os estudantes e contribuindo para a evasão escolar.

Diante desse cenário, a intervenção desenvolvida no âmbito do Curso de Pedagogia do Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/UFMA, na disciplina *Organização do Trabalho Escolar*, teve como propósito repensar a organização do trabalho escolar como instrumento de valorização cultural e fortalecimento da identidade indígena. O foco principal foi promover o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, favorecendo uma prática pedagógica mais significativa e coerente com o contexto da comunidade.

Entre os objetivos específicos, buscou-se incentivar o uso da língua materna nas atividades de ensino-aprendizagem, integrar os saberes tradicionais aos conteúdos escolares, estimular a participação ativa dos anciãos e lideranças como agentes educativos, e produzir materiais pedagógicos bilíngues adaptados à realidade local. Além disso, a intervenção procurou estimular o interesse dos alunos por meio de oficinas culturais e ambientais, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a redução da evasão escolar.

Essa proposta está em consonância com os princípios da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), que garantem o direito a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Fundamenta-se ainda na perspectiva freireana de uma educação libertadora, pautada no diálogo, na valorização da cultura e na participação da comunidade no processo educativo.

Assim, a intervenção buscou consolidar a escola indígena como um espaço de integração entre saberes tradicionais e científicos, de fortalecimento da identidade cultural e de construção de práticas pedagógicas contextualizadas, reafirmando o papel da escola como território de memória, resistência e transformação social.

Referencial Teórico



A organização do trabalho escolar na educação indígena deve ser compreendida como um processo que vai além da simples estruturação administrativa ou curricular. Ela envolve a construção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais, linguísticas e identitárias de cada povo, valorizando a comunidade como protagonista de sua própria formação.

De acordo com Luckesi (2011), a organização do trabalho pedagógico está diretamente relacionada à intencionalidade educativa e ao compromisso da escola com a transformação social. No contexto das escolas indígenas, essa organização precisa considerar os princípios da educação bilíngue e intercultural, que buscam equilibrar o conhecimento científico com os saberes tradicionais, respeitando a língua materna e as formas próprias de ensinar e aprender.

Para Freire (1996), educar é um ato de diálogo, e o diálogo é o caminho para a libertação. Nessa perspectiva, a educação indígena deve ser construída coletivamente, a partir do diálogo entre professores, alunos, anciãos e lideranças, garantindo que o conhecimento escolar não se sobreponha aos saberes ancestrais, mas se complemente a eles. Assim, a organização do trabalho escolar assume caráter participativo e democrático, alinhado aos valores da comunidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, §2º, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) asseguram às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar bilíngue e intercultural, que valorize suas culturas, tradições e línguas próprias. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) reforça essa concepção ao propor que a escola indígena seja um espaço de fortalecimento da identidade e de promoção da autonomia dos povos indígenas.

Nesse sentido, Ferreira (2002) destaca que a educação bilíngue é fundamental para a preservação da língua materna e da cultura, pois permite que o estudante indígena aprenda o português sem abandonar sua língua de origem, reconhecendo o valor de ambas. A língua, nesse contexto, é elemento essencial da identidade e do modo de vida da comunidade.

Além disso, a participação dos anciãos e das lideranças tradicionais no cotidiano escolar é vista como um eixo estruturante da educação indígena. Como afirma Cohn (2014), o ensino indígena é, tradicionalmente, coletivo e comunitário, e o papel dos mais velhos é central na transmissão dos valores, mitos, histórias e práticas culturais. Incorporar essa



participação ao trabalho escolar significa reconhecer os anciãos como educadores e garantir que o currículo reflita a vivência e os saberes da aldeia.

A organização do trabalho escolar indígena, portanto, precisa ser entendida como uma prática contextualizada, que uma planejamento, gestão democrática e participação social. Segundo Libâneo (2012), o trabalho pedagógico é um processo de mediação entre o conhecimento e a realidade dos sujeitos, o que exige planejamento participativo e sensibilidade às condições socioculturais dos alunos.

Por fim, inspirando-se na perspectiva freireana de educação libertadora, a intervenção na Escola Indígena da Aldeia Bacurizinho busca promover uma prática educativa transformadora, em que o ato de ensinar seja também um ato de valorização cultural e de construção da autonomia coletiva. A escola, assim, torna-se espaço de encontro entre culturas, o lugar onde os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos se unem para formar cidadãos críticos, conscientes de sua identidade e de seu papel social.

Metodologia

A intervenção pedagógica foi desenvolvida na Escola Indígena da Aldeia Bacurizinho, localizada no município de Grajaú (MA), com a participação de professores, estudantes, anciãos e lideranças comunitárias. O trabalho foi planejado e executado como atividade da disciplina Organização do Trabalho Escolar, integrando teoria e prática em um processo coletivo de reflexão e ação voltado à valorização dos saberes tradicionais e à reestruturação das práticas pedagógicas.

A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa e participativa, inspirada na pesquisa-ação, conforme propõe Thiollent (2011), que compreende a intervenção como um processo de transformação social construído junto aos sujeitos envolvidos. Essa metodologia possibilitou a escuta da comunidade, a observação do cotidiano escolar e a construção conjunta das ações pedagógicas, respeitando o modo de vida e a dinâmica cultural da aldeia.

O processo de intervenção foi organizado em três etapas principais, descritas a seguir:

1. Diagnóstico da realidade escolar

Nesta etapa, foram realizadas observações em sala de aula, conversas com professores e entrevistas informais com anciãos e lideranças locais. O objetivo foi identificar as principais dificuldades enfrentadas pela escola, especialmente no que diz respeito ao uso da língua



materna, à participação da comunidade e à valorização dos saberes tradicionais. Constatou-se a carência de materiais didáticos bilíngues e a necessidade de maior integração entre os conhecimentos científicos e os saberes culturais da aldeia.

2. Planejamento das ações pedagógicas

Com base nas informações coletadas, elaborou-se um plano de ação voltado à integração dos saberes tradicionais ao currículo escolar, envolvendo professores e representantes da comunidade. Foram planejadas atividades que valorizassem a língua materna, a história local e os conhecimentos sobre o meio ambiente, a alimentação tradicional e as práticas culturais da aldeia. Nessa fase, também se definiram os papéis de cada participante — professores, alunos e anciãos e os materiais pedagógicos a serem produzidos, priorizando conteúdos bilíngues e contextualizados à realidade da escola.

3. Execução das atividades e avaliação participativa

As atividades foram desenvolvidas em forma de oficinas pedagógicas e culturais, com a presença dos anciãos e lideranças que compartilharam suas experiências e saberes com os alunos. Entre as ações realizadas, destacam-se: rodas de conversa sobre a história da aldeia e o significado das tradições; oficinas de contação de histórias e cantos na língua materna; produção de cartazes e pequenos livretos bilíngues com vocabulário e expressões do cotidiano e atividades práticas relacionadas ao meio ambiente, como o plantio de espécies nativas e o uso sustentável dos recursos naturais.

Ao final, foi promovido um momento coletivo de avaliação, no qual os participantes refletiram sobre os resultados obtidos, os avanços percebidos na participação dos alunos e o fortalecimento da identidade cultural no ambiente escolar. Essa avaliação foi feita de forma dialógica, valorizando a escuta e o olhar da comunidade sobre o processo.

Se tratando dos aspectos éticos e pedagógicos, durante todas as etapas, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa com comunidades indígenas, garantindo o consentimento e a participação livre dos envolvidos. As ações pedagógicas foram construídas de maneira colaborativa, reconhecendo o saber tradicional como parte essencial do processo educativo e reafirmando o papel da escola como espaço de diálogo entre culturas e de fortalecimento da autonomia comunitária.

Resultados e Discussões



O trabalho evidenciou que a intervenção pedagógica contribuiu significativamente para a maior participação dos alunos nas atividades escolares, promovendo engajamento e interesse nos conteúdos abordados. Esse resultado confirma a perspectiva de Freire (1996), que aponta a importância do diálogo e da construção coletiva do conhecimento como estratégias para uma educação significativa e libertadora. Ao envolver professores, alunos, anciãos e lideranças, a intervenção seguiu a lógica da educação participativa, valorizando a comunidade como protagonista de sua própria aprendizagem.

Observou-se também o fortalecimento da língua materna e a valorização da cultura local, corroborando as ideias de Ferreira (2002), para quem a educação bilíngue é fundamental para a preservação da língua e da identidade cultural dos povos indígenas. A produção de materiais pedagógicos bilíngues e contextualizados reforça a relevância de práticas que respeitem a língua materna, contribuindo para o sentimento de pertencimento e para a continuidade dos saberes tradicionais.

Além disso, a intervenção possibilitou a reorganização do trabalho escolar em perspectiva intercultural e comunitária, promovendo a integração entre saberes tradicionais e conhecimento científico. Esse resultado está alinhado às concepções de Luckesi (2011) e Libâneo (2012), que defendem que o trabalho pedagógico deve mediar a relação entre conhecimento e realidade dos sujeitos, considerando o contexto sociocultural em que estão inseridos. A participação ativa dos anciãos e lideranças, como ressaltado por Cohn (2014), consolidou a escola como espaço de memória, identidade e resistência cultural, fortalecendo a transmissão de valores, histórias e práticas culturais da aldeia.

Considerações Finais

A intervenção pedagógica realizada na Escola Indígena da Aldeia Bacurizinho demonstrou que a organização do trabalho escolar pode ser um instrumento de fortalecimento cultural quando orientada pelos princípios da interculturalidade, do bilinguismo e da participação comunitária. Ao incorporar os saberes tradicionais ao cotidiano da escola, a prática educativa passou a refletir mais fielmente a realidade da aldeia, tornando-se mais significativa e libertadora.

Todos os objetivos propostos foram alcançados. A presença dos anciãos, o uso da língua materna e a produção de materiais bilíngues despertaram o interesse dos alunos, valorizaram as tradições locais e contribuíram para a redução da desmotivação e da evasão



escolar. A experiência evidencia a importância de uma organização do trabalho escolar coletiva e contextualizada, em que professores e comunidade planejem juntos as ações educativas.

Por fim, é possível considerar que esta intervenção representa um ponto de partida para futuras reflexões e pesquisas sobre práticas pedagógicas em escolas indígenas. Ela reforça o papel da escola como espaço de memória, resistência e construção coletiva do saber, demonstrando que metodologias interculturais e bilíngues são essenciais para a valorização cultural, integração de saberes e fortalecimento da identidade do povo Tenetehara/Guajajara.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2025.

COHN, A. **Educação indígena: práticas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, M. **Educação bilíngue e preservação cultural.** Brasília: MEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Organização do trabalho pedagógico: teoria e prática.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.